

2020

RELATÓRIO TÉCNICO

103

Fortalecimento da Assessoria de Assuntos Internacionais de saúde do Ministério da Saúde (AISA) e da parceria com outros países e atores internacionais na temática de saúde, em consonância com as estratégias nacionais de saúde e as prioridades da política externa brasileira.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	103		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da Assessoria de Assuntos Internacionais de saúde do Ministério da Saúde (AISA) e da parceria com outros países e atores internacionais na temática de saúde, em consonância com as estratégias nacionais de saúde e as prioridades da política externa brasileira.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde (AISA) e da parceria com outros países e atores internacionais na temática de saúde, em consonância com as estratégias nacionais de saúde e as prioridades da política externa brasileira.		
Número do processo:	25000.085378-2018-33	Número do SIAFI:	
Data de início	04/09/2018	Data de término:	04/09/2023
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$6.500.025,00
TA:	2	recurso	R\$13.400.820,00
Valor Total no TC:			R\$ 19.900.845,00
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica	Assessoria Internacional de Saúde (AISA/MS)		
Responsável:	Cristina Alexandre		
Endereço:	Ministério da Saúde (Esplanada dos Ministérios bloco G, sala 431)		
Telefone:	(61) 33152813	E-mail:	cristina.alexandre@saude.gov.br
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica	Gabinete (GAB)		
Responsável:	Luciana Chagas		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61)32519595	E-mail:	luciana@paho.org

2. CONTEXTO

O TC 103 foi elaborado para dar continuidade às ações conjuntas desenvolvidas pela AISA e OPAS/OMS, visando a contribuir com a formulação da política externa na área da saúde e a implementar projetos e ações nos âmbitos nacional e internacional. As ações executadas visam garantir um contexto amplo de atuação para avançar no alcance dos resultados esperados.

Este termo de cooperação apoia novos compromissos e o desenvolvimento de ações no âmbito dos mecanismos de integração, da cooperação técnica, científica, tecnológica ou humanitária, na assessoria ao Ministério da Saúde para alcançar interesses fundamentais da saúde pública e da política externa brasileira.

3. 1º SEMESTRE DE 2020

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 RESULTADO 1: Capacidade técnica de atuação do Brasil nos foros multilaterais qualificada.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações (planos, projetos e outros) realizadas no âmbito de foros multilaterais de saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realizar pelo menos três ações anuais no âmbito de foros multilaterais de saúde e produzir pelo menos três relatórios técnicos sobre os referidos temas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Grupo de Trabalho em Saúde do G20 discutiu os principais desafios dos sistemas de saúde e contou com a presença de delegações dos Estados membros do G20, países convidados e organizações regionais e internacionais. No primeiro dia, foram discutidos desafios comuns e oportunidades potenciais para determinar os próximos passos em direção à criação de sistemas de saúde sustentáveis (centrados na pessoa), cuidados de saúde inteligente, saúde digital e segurança do paciente. O GT também contou com discussões construtivas sobre preparação para o combate a pandemia e a ameaça emergente da resistência antimicrobiana, com base nos progressos realizados nas presidências anteriores do G20. Cuidados de saúde baseados no Value-Based Health Care (VBHC), saúde digital e segurança do paciente estavam entre os tópicos prioritários discutidos pelo Grupo de Trabalho em Saúde do G20 durante a primeira reunião sob a presidência do G20 da Arábia Saudita.

A conferência reuniu especialistas, governos e organizações internacionais, que discutiram suas experiências e melhores práticas na implementação de soluções VBHC. Estava previsto para março de 2020 a próxima reunião do GT, para a continuidade das discussões e consenso para criar sistemas de saúde sustentáveis que priorizem as necessidades e a segurança das pessoas.

A 146ª Reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde em Genebra contou com participação brasileira em pontos relevantes. Este Conselho, é responsável por concretizar as decisões tomadas pela Assembleia Mundial da Saúde, encontra-se duas vezes ao ano e é composto por 34 membros, entre eles o Brasil. Além dos assuntos usuais, o discurso de término da reunião atentou sobre a relevância do surto do novo Coronavírus (COVID-19), sendo uma emergência de saúde pública e que o esforço deveria continuar com foco ao combate do vírus no epicentro e na fonte, visando desacelerar e minimizar a propagação do vírus a outros países.

Já a 14ª Sessão da Subcomissão do Programa Orçamento e Administração do Comitê Executivo, temas como eleição do Conselho Administrativo; esboço da avaliação final do biênio voltado para o Programa e Orçamento da OPAS 2018-2019, e relatório final sobre a execução do Plano Estratégico da OPAS 2014-2019; colaboração com atores não estatais e agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS; e para finalizar, a nomeação de um membro para integrar o Comitê de Auditoria da OPAS. O grupo G20 se reuniu para fortalecer os sistemas de saúde e melhorar

a segurança global da saúde durante a pandemia. Os delegados do grupo discutiram os impactos sociais e de saúde das doenças, incluindo o recente surto de COVID-19 e a necessidade de urgência e inclusão na resposta global a emergências em saúde. O foco durante a reunião não foi apenas sobre vigilância, monitoramento e controle de pandemias, mas também sobre o valor do compartilhamento de informações em tempo real, pois isso garante melhor acesso e informações atualizadas, aprimorando estratégias de prevenção e medidas de mitigação.

Os países do G20 também continuarão a liderar esforços globais para minimizar os riscos globais para a saúde e aprimorar a capacidade de pronta resposta à emergências. A cúpula, também discutiu como garantir o crescimento econômico através da promoção de UHC (United Healthcare) e houve debate de outros temas estabelecidos pela presidência Saudita, como por exemplo, a introdução e ampliação da saúde baseada em valor (VBHC - Value-based healthcare); soluções digitais de saúde e melhora na segurança do paciente entre outros, mas os mais debatidos foram a pandemia e resistência antimicrobiana (RAM).

O G20, também divulgou a Summit Health20, que é uma plataforma anual, organizada pela parceria de saúde e desenvolvimento que oferece especialistas de todos os setores da saúde para discutir soluções para os desafios mais recentes e futuros que impedirão a realização oportuna do ODS3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades - até 2030. A cúpula de 2019 reuniu mais de 100 participantes visando criar mais parcerias, incluindo representantes seniores, embaixadas, parcerias de desenvolvimento de produtos, parcerias público-privadas, ONGs, políticos dos países do G20, o setor privado, instituições farmacêuticas e acadêmicas a explorar maneiras novas e inovadoras de financiar a pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a prestação de serviços para enfrentar o crescente ônus da doença. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS estão prestando apoio técnico ao Brasil e outros países, na preparação e resposta ao surto de COVID-19.

A Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS juntamente com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério da Saúde do Brasil, antes do primeiro caso diagnosticado da COVID-19 na América Latina, promoveram um treinamento sobre diagnóstico laboratorial do novo coronavírus para especialistas da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Os participantes fizeram exercícios práticos sobre a detecção molecular do vírus e discutiram sobre as principais evidências e protocolos disponíveis. A OPAS também doou ao Brasil primers e controles positivos, que são materiais essenciais para diagnóstico do coronavírus, e – junto com as autoridades de saúde brasileiras – disponibilizou reagentes para outros países da região das Américas.

O Ministério da Saúde e a OPAS também se preocuparam em lançar uma campanha para tentar amenizar os efeitos negativos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos brasileiros. São vídeos voltados, principalmente, aos profissionais de saúde, familiares e cuidadores de pessoas idosas, à própria população idosa e aos pais e cuidadores de crianças. A proposta da campanha é orientar sobre como as pessoas devem lidar com sentimentos, como medo e estresse, além de apresentar dicas e estratégias de cuidado em saúde mental.

A 3ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito aconteceu no mês de fevereiro em Estocolmo, na Suécia. O evento marcou a conclusão da Década de Ações pela Segurança no Trânsito, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual o Brasil reduziu em 26% as mortes ocasionadas por acidentes de trânsito, destacando assim, a evolução significativa da promoção da segurança de trânsito no país. O encontro foi uma oportunidade para avaliar o que cada país desempenhou no período e os resultados alcançados, além de promover uma reflexão sobre o que pode continuar sendo realizado para promover a segurança viária e reduzir o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito. De acordo com os dados de mortalidade apresentados pelo Ministério da Saúde, por meio do DATASUS, há uma tendência de redução das fatalidades no trânsito, fruto do aprimoramento legislativo e normativo e da implantação dos diversos programas de trânsito, como o Rodovia.

A Conferência do Prêmio Prince Mahidol (PMAC) é uma conferência internacional anual com foco em questões de saúde relacionadas a políticas. O PMAC 2020 é co-organizado pela Fundação Príncipe Mahidol Award, pelo Ministério da Saúde Pública da Tailândia, Universidade Mahidol, Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundo das Nações Unidas para a Infância, entre outros. Os principais temas abordados foram: o desenvolvimento de sistemas de saúde baseados na APS para atender de forma eficiente e eficaz às necessidades das pessoas ao longo da vida, incluindo ações consolidadas para desenvolver uma força de trabalho em saúde diversificada e sustentável; transformar modelos de prestação de serviços e implementar estratégias de melhoria da qualidade para alcançar as pessoas centradas e integrar os cuidados; implementação e ampliação dos princípios e estratégias principais de financiamento da saúde para a UHC; inovações socialmente responsáveis para aumento da equidade em tecnologias médicas, saúde digital, prestação de serviços e financiamento da saúde que ajudam a acelerar o progresso em direção às metas de UHC; fortalecimento da liderança e responsabilidade para acelerar o progresso em direção aos UHC e ODS e o papel das autoridades locais e da sociedade civil na mudança do compromisso para a ação.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido ao quadro da pandemia, algumas reuniões e negociações foram remanejadas. Em alguns casos as reuniões foram virtuais com objetivo de dar andamento as agendas previstas. As ferramentas virtuais de comunicação permitiram avançar, readequar e implementar as ações programadas para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

O avanço para o alcance do RE é crescente, considerando que a participação do Brasil nos fóruns multilaterais vem aumentando e trazendo importantes aportes para o contexto de atuação internacional do país. A OPAS/OMS vem atuando em parceria com a AISA no campo multilateral, onde o Brasil participa ativamente.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 RESULTADO 2 Capacidade de coordenação e implementação das ofertas e demandas de cooperação internacional fortalecida no âmbito das prioridades nacionais e dos compromissos assumidos.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações (planos, projetos e outros) referentes a projetos e atividades de cooperação internacional em saúde realizada.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realizar pelo menos dez ações anuais de cooperação na área de saúde e produzir pelo menos dez relatórios técnicos sobre os referidos temas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) que constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Diante do fato, as prioridades na ajuda humanitária mudaram o foco conforme a emergência mundial. A AISA passou a apoiar também as doações para o combate ao COVID. Acompanhou e ajudou a liberar a carga de 2 (dois) milhões de máscaras retidas na Receita Federal do aeroporto de Guarulhos que seriam enviadas a Itália, não pode atender à solicitação do envio de “kits” de teste para a detecção do novo coronavírus (COVID-19), itens de proteção individual, materiais, ambulâncias e aeronaves médicas tripuladas, especialistas em saúde pública e equipamentos para os seguintes países: Líbano; Cazaquistão; Suriname, El Salvador; Colômbia; Bangladesh; Serra Leoa; Palestina, Haiti; São Tomé e Príncipe; Gana; Congo, Quênia; Ucrânia; Itália; União Africana naquele momento.

A Assessoria de Assuntos Internacionais tentou a melhor solução para viabilizar a entrega das doações o mais rápido possível mesmo com o cancelamento dos voos e suspensão de alguns serviços essenciais.

A AISA também teve participação na alta demanda de recebimento de doações, para dar suporte ao Brasil durante a pandemia. Grandes empresas (nacionais e internacionais) doaram máscaras, testes, trajes, materiais médico-hospitalares, óculos de segurança, luvas cirúrgicas, ventiladores, respiradores, etc, itens de proteção pessoal a serem utilizados por seus técnicos e equipamentos para serem utilizados pelos pacientes infectados pelo coronavírus.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A principal dificuldade é sobre o transporte de medicamentos e insumos das doações em caráter de cooperação humanitária que em tempos de pandemia ficaram mais complexos devido aos cancelamentos de voos e fechamentos de fronteiras. As ações de desenvolvimento de mecanismos de apoio à assistência humanitária ainda estão em andamento.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Os projetos destacados fortalecem a presença e a atuação do país no contexto e na expansão da agenda bilateral em saúde e avanço para o alcance do resultado foi efetivado mesmo com essas mudanças necessárias.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 RESULTADO 3: Atuação nas agendas das regiões de fronteira e nos foros e mecanismos regionais, que têm interface com a saúde em conformidade com as prioridades nacionais e os compromissos assumidos.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações (planos, projetos e outros) referentes à cooperação internacional em saúde realizadas no âmbito dos foros regionais de que o Brasil participa e nas iniciativas de saúde na fronteira.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realizar pelo menos três ações anuais de cooperação na área de saúde no âmbito de foros regionais e em iniciativas de saúde na fronteira e produzir pelo menos três relatórios técnicos sobre os referidos temas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Entre os dias 10 e 14/02/2020, reuniram-se em Montevideu - Uruguai as delegações dos países do bloco MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e da Coreia do Sul, para a realização da V Rodada de Negociações Comercial MERCOSUL-Coreia do Sul. As delegações dos países envolvidos retomaram as discussões da III Rodada, trabalhando sobre as propostas de texto para o capítulo de Propriedade Intelectual apresentadas pelo bloco MERCOSUL e a pela Coreia do Sul. Os parceiros reuniram-se para fazer um último alinhamento antes de iniciar a negociação com Coreia do Sul, onde pontos que estavam em consulta com Argentina foram saneados e deliberados. O Brasil colocou sua posição acerca de Copyrights (Direitos do autor) e também discutiu as perguntas postas pela delegação coreana, por e-mail, às vésperas da Rodada, para apresentação de respostas durante negociação. Buscou-se amparo nos Acordos já firmados pelo MERCOSUL para manutenção de uma linha defesa de interesses dos países do bloco, onde as respostas também foram enviadas por escrito após a Rodada. Iniciou-se também a negociação do capítulo de PI com a parte coreana, onde houve insistência por parte da Coreia em realizar a discussão sobre "technical issues and political issues", ou seja, questões técnicas e políticas, proposta rejeitada pelo MERCOSUL, pois tais questões seriam discutidas ao desenrolar dos encontros, não apenas nesta Rodada, mas também seguintes. Sobre o tema Propriedade Intelectual em Saúde Pública, o Brasil pediu vistas aos países do MERCOSUL antes de negociar este parágrafo, pois para o Ministério da Saúde do Brasil, a expressão "to promote access to medicines for all" pode abrir precedentes para judicialização desenfreada de medicamentos de alto custo, inviabilizando a sustentabilidade do SUS. Já o tema transferência de tecnologia, a Coreia expõe que o governo coreano não pode promover a transferência de tecnologia envolvendo empresas privadas. Antes de iniciar a discussão sobre marcas e Indicações Geográficas (IGs), o bloco MERCOSUL fez questão de ressaltar suas peculiaridades com relação a cada sistema, uma vez que Coreia não possui legislação específica para IGs. O Bloco sugere para Coreia realizar uma apresentação com seus experts em IGs para melhorar a compreensão sobre o tema e apararem as arestas. O Brasil expôs sua preocupação acerca dos tratados internacionais em matéria de marcas que ainda não foram aderidos por este país, esforçando-se para harmonizar as diferentes posições do bloco. Na seção Patentes, o Brasil manifestou concordância com as propostas MERCOSUL, uma vez que está de acordo com nossa legislação interna. Por fim, os países do bloco explanaram suas preocupações com o acordo sobre seguir a Classificação de Nice para registro de marcas.

O Paraguai, um dos países que compõe o bloco do MERCOSUL, a cargo da presidência pró-tempore do bloco, convocou uma reunião virtual com os países integrantes acordaram uma série de medidas destinadas a frear o avanço do coronavírus e minimizar sua disseminação. Os países membros também aprovaram em 30/03, a destinação imediata de cerca de US\$ 6 milhões do seu fundo de desenvolvimento (FOCEM) para iniciativa de combate à Covid-19 nos quatro países do bloco. No Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) receberá US\$ 1,3 milhão. Ainda, foi

aprovado um fundo reserva de US\$ 10 milhões também destinado ao combate à pandemia, recursos que deverão ser empregados aquisição de insumos, equipamentos, roupas de proteção, kits de diagnóstico, no aumento da produção de kits de diagnóstico, bem como no desenvolvimento e produção de um teste para sorodiagnóstico. Durante videoconferência, os ministros dos países membros do Mercosul assinaram declaração se comprometendo a intensificar, apoiar e articular estratégias regionais para o enfrentamento da Covid-19. Ainda durante o encontro presidido pelo ministro do Paraguai, o Ministro da Saúde apresentou a nova plataforma brasileira para divulgar o cenário de casos e óbitos de Covid-19, além das orientações de manejo e de assistência aos pacientes com a doença e também aproveitou a ocasião para agradecer a todos os profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19, se expondo todos os dias para salvar vidas.

O ministro brasileiro apresentou aos demais ministros o novo painel interativo, lançado pelo Ministério da Saúde, modelo que permite acompanhar a análise de casos e mortes de forma regionalizada e por municípios, entre outras informações. O objetivo é ter uma ferramenta mais precisa sobre o cenário atual da doença e permitir ao Poder Público adequar ações e agir com mais efetividade na proteção e assistência à população. “A nova ferramenta, que pode ser acessada no mundo inteiro, por meio do site do Ministério da Saúde, dá transparência completa aos dados, como análise da evolução da curva epidemiológica, número de casos e óbitos, além de liberação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), recursos, testes e leitos de UTI. Também apresentou as orientações de manejo e de assistência aos pacientes com Covid-19 adotadas pelo Brasil. Salientou ainda que todas as informações estão publicadas no site do Ministério da Saúde, que se tratam de orientações voltadas ao atendimento dos pacientes, a medicamentos disponíveis aos médicos, equipamentos e insumos que utilizamos, além da capacitação de profissionais.

A AISA participou da Reunião GT Saúde da Operação Acolhida na cidade de Boa Vista – Roraima. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) quer respostas que o Ministério da Saúde ainda não possuía devido a baixa cobertura vacinal de RR, para todas as vacinas, com exceção da BCG, é ao redor de 66%, muito abaixo dos 95% preconizados pelo Programa Nacional. Tocou-se novamente na ideia das Forças Armadas (FA) deixarem a vacinação e o tema foi longamente discutido, embora a equipe do Ministério da Saúde quisesse propor um plano para arboviroses, solicitando notificações, o governo local estava somente interessado em atenção à saúde, que tem sido muito pressionada com a entrada dos venezuelanos. Aconteceram ainda, visitas a um dos abrigos, o “PI Trig” e na fronteira. Pode-se constatar que a estrutura parece ser bem organizada, mas, estima-se que há a entrada de 450 venezuelanos, por dia, no Brasil, entre eles: i) os que vivem na Venezuela, e entram para fazer compras, ou em busca de atendimento médico, porém que voltam à Venezuela no final do dia; ii) os que entram no Brasil com recursos para seu destino final, e iii) os que usam do estado brasileiro, por falta de recursos, sendo que estes últimos, em média, totalizam 50 por dia, perfazendo aproximadamente 1500 ao mês. Foram discutidos os fluxos de informações sobre o Sistema Acolhedor/SIPNI. O sistema é bastante completo e importante para a interiorização, pois na vertente da saúde, ele apresenta dados sobre a vacinação, que é feita pelos militares. Combinou-se que haverá relatórios semanais automáticos, e que serão gerados boletins mensais.

Também ocorreram visitas à nova gestão da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), sendo evidenciada a falta de recursos e a pressão do sistema estadual; a visita ao Laboratório Central (Lacen), um local bem organizado e com equipe motivada, mantendo a proposta da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que o LACEN tenha desenho descentralizado e seja sentinela na captação de entrada de novos vírus e agentes patológicos; visita aos Médicos Sem Fronteiras que fazem atendimentos para a população mais desatendida. Criticaram a eficácia do GT Saúde da Organização das Américas (OEA) e evidenciaram os problemas de diálogo entre os Organismos Internacionais presentes no território, solicitando a ajuda do MS para organizar/articular junto aos atores e visita ao Hospital Délio de Oliveira Tupinambá (HDOT), situado em Pacaraima, foram constatados vários problemas, como a falta de médicos especialistas, assim sobrecarregando o hospital da capital, já que o HDOT faz poucos atendimentos em Pacaraima.

A AISA segue apoiando o curso de capacitação em Vigilância em Saúde na Rede de Atenção primária a saúde, em Tabatinga - Amazonas. A segunda edição do curso é resultado de parceria entre Assessoria de Assuntos Internacionais em Saúde do Ministério da Saúde (AISA-MS), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O objetivo do curso é qualificar profissionais que atuam em cuidados primários de saúde para implantação e desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde no plano territorial-local, promovendo a integração entre oferta de cuidados de Atenção Primária em Saúde (APS) e ações de vigilância na rede básica de serviços de saúde. No dia 19 de março de 2020, o Brasil oficializou o fechamento das fronteiras terrestres com mais oito países sul-americanos. A medida estava prevista até 31 de março, mas acabou sendo prorrogada devido à expansão da pandemia. Já os voos (nacionais e internacionais) foram reduzidos e alguns cancelados. A partir dessa nova realidade, os projetos passaram a ser acompanhados e efetivados através de meios virtuais, na medida do possível, conforme planejamento da AISA.

Mesmo antes da Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), uma série de documentos técnicos foram expedidos para que os povos indígenas,

gestores e colaboradores pudessem adotar medidas para o enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), principalmente nas áreas fronteiriças. Dentre eles, portarias, informes técnicos, relatórios, recomendações, protocolos de manejos clínicos, orientações para equipes multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e equipes das CASAI, Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus em Povos Indígenas; Plano de Contingência Distrital para Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19) e recomendações gerais que são constantemente atualizadas para os 34 (trinta e quatro) Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Ações também aconteceram para reforçar o atendimento das comunidades indígenas durante a pandemia. Medicamentos equipamentos de proteção individual para manter os profissionais de saúde e a população indígena protegidos da circulação do vírus foram entregues nas comunidades.

Ministério da Saúde antecipou a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe, em todo país, principalmente nas áreas fronteiriças. A primeira etapa a imunização foi direcionada para o público prioritário: idosos e trabalhadores da saúde. Houve ainda mais duas etapas em datas e para públicos diferentes. A meta é vacinar, pelo menos, 90% de cada um desses grupos, até o dia 22 de maio. A antecipação da campanha foi a forma encontrada para proteger o público prioritário e auxiliar os profissionais de saúde na exclusão do diagnóstico do coronavírus, a vacina contra influenza não tem eficácia contra a COVID-19. A Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe envolveu as três esferas gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com recursos da União, das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido ao quadro da pandemia, algumas reuniões e negociações foram remanejadas. Em alguns casos as reuniões foram virtuais com objetivo de dar andamento as agendas previstas. As ferramentas virtuais de comunicação permitiram avançar, readequar e implementar as ações programadas para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Destaque para a atuação do Brasil nos mecanismos de integração e nas discussões relacionadas à saúde nas fronteiras, contribuindo no avanço do RE.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 RESULTADO 4: Processo de planejamento, programação, financiamento e gestão das ações estratégicas para atuação internacional em saúde aperfeiçoado.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de documentos descritivos e analíticos sobre o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas relacionadas no PPA, Objetivos Estratégicos do MS, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Planos de Trabalho da OPAS e da OMS e outros instrumentos de gestão.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Elaborar pelo menos dois documentos anuais descritivos e analíticos sobre os temas relacionados.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Projeto de Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção, comumente conhecido como "Sífilis Não", é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). O 1º Seminário Internacional "Sífilis Não" na Perspectiva da Formação Humana em Saúde: A Pesquisa no Espaço Lusófono e Ibérico aconteceu em Coimbra – Portugal e foi promovido pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LAIS/UFRN), em parceria com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20). O objetivo do evento foi de fortalecer as cooperações internacionais e alinhar as pesquisas em andamento entre os dois centros, além de

discutir o cenário de enfrentamento à sífilis. Além de Brasil e Portugal, o evento contou com a participação de palestrantes da Espanha, de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

No mês de março, aconteceu virtualmente a reunião preparatória para adequação ao novo formato (virtual) da 23ª Conferência Internacional de Aids prevista para o mês de julho/2020 e que aconteceria nas cidades de San Francisco e Oakland, nos Estados Unidos. A conferência virtual permitirá que os participantes tenham acesso e se envolvam com as mais recentes descobertas científicas, ações de advocacy e conhecimentos sobre o HIV, de uma forma totalmente segura. O tema COVID-19 passou a incorporar a agenda, com o objetivo de discutir os avanços da epidemia e também a influência da pandemia sobre os sistemas de saúde saturados, problemas de financiamento e tentativas de medir a amplitude do fenômeno, principalmente em termos de falta de material e dificuldades de acesso ao tratamento da Aids.

Segundo especialistas, a pandemia e os isolamentos podem ter representado um risco de aumento de contaminação, principalmente entre as populações mais expostas e estigmatizadas pelo HIV, como os trabalhadores do sexo, detentos, usuários de drogas e comunidades LGBTI+. Cogita-se que, mesmo antes dos números, que devem ser anunciados ao final da conferência, que a Covid-19 agravou a situação epidêmica do HIV.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Continuar com o andamento dos projetos de cooperação que são acompanhados pela Assessoria Internacional juntamente aos órgãos e instituições de acordo com as prioridades do governo e do Ministério da Saúde. A pandemia trouxe mudanças substanciais e novas prioridades para o Ministério e mudanças na rotina de trabalho. As ferramentas virtuais têm sido aliadas para o avanço da implementação das ações desse RE.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Relevante destacar o registro de atuação da AISA durante sua trajetória que permite identificar áreas estratégicas e boas práticas a serem aplicadas no contexto atual da política externa brasileira no campo da saúde. As ações seguem em andamento para o alcance do resultado esperado.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	2	2	0	50%
2	3	2	0	50%
3	2	2	0	50%
4	4	4	0	50%
Total:	11	10	0	50%

4. 2º SEMESTRE DE 2020

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	RESULTADO 1: Capacidade técnica de atuação do Brasil nos foros multilaterais qualificada.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações (planos, projetos e outros) realizadas no âmbito de foros multilaterais de saúde.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Realizar pelo menos três ações anuais no âmbito de foros multilaterais de saúde e produzir pelo menos três relatórios técnicos sobre os referidos temas.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

A 73ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) que foi reagendada para o 2º semestre de 2020, aconteceu através de videoconferência. Nesse ano, as reuniões foram divididas em duas reuniões com finalidades distintas, sendo a primeira delas as sessões das comissões encarregadas de debater questões técnicas e de saúde, financeiras e de gestão e a aprovação dos textos das deliberações, que em ambos os casos, caberá à Presidente da Assembleia aferir se as propostas reúnem as condições para submissão ao procedimento de silêncio. Por se tratar de situação atípica, para que a reunião acontecesse virtualmente o secretariado da OMS suspendeu algumas regras de procedimento, em conformidade com a flexibilidade prevista na regra nº 122 das Regras de Procedimento da AMS.

Devido ao COVID-19 foi elaborado o rascunho da resolução que renova o compromisso de uma melhor preparação para as emergências de saúde como a COVID-19 por meio do cumprimento “total” do Regulamento Sanitário Internacional (2005). O documento chama os Estados Membros a “dedicarem investimentos domésticos, gastos recorrentes e financiamento público à preparação para emergências de saúde” e “melhorar o governo e os processos de tomada de decisão e aumentar a capacidade institucional e a infraestrutura para a saúde pública”. Adotada a resolução, as atenções voltam-se agora para sua implementação. Seus eixos principais deverão ser os da investigação independente sobre a atuação da OMS na pandemia e o do acesso equitativo a vacinas e/ou medicamentos contra o novo coronavírus. No que se refere ao processo negociador da resolução sobre Covid-19, os grandes desafios para lograr resultado consensual foram a busca de um tratamento equilibrado dos temas, assim como a necessidade de se contemplar as prioridades do conjunto dos estados-membros, tanto do ponto de vista político como técnico. As resoluções/decisões foram relacionadas ao fortalecimento dos esforços globais de imunização; prevenção e controle do câncer cervical; estratégia global para pesquisa e inovação em tuberculose; saúde ocular – incluindo prevenção de deficiência visual e cegueira; fortalecimento dos esforços em segurança alimentar, uma estratégia global e plano de ação sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual; uma década de envelhecimento saudável; e preparação para influenza.

A XII cúpula do BRICS também ocorreu de forma virtual no dia 17 de novembro e teve como tema a parceria do BRICS para Estabilidade Global, Segurança Compartilhada e Crescimento Inovador. Destacam-se, neste contexto, os seguintes acordos estabelecidos na cúpula: (i) O comprometimento com o multilateralismo, no intuito de fortalecer a cooperação internacional no tocante a mitigação dos desdobramentos da pandemia COVID-19; (ii) no âmbito de segurança, o endossamento de uma Estratégia Antiterrorista do BRICS e o apelo para que haja um acordo quanto ao Tratado Rússia-EUA de 2010, para o regime de desarmamento e não-proliferação, tendo em vista a recuada dos EUA; (iii) no que diz respeito à economia, se pode salientar a adoção de uma Parceria Econômica do BRICS 2020, cuja diretriz 2021-25 consiste no aprimoramento da cooperação em comércio, investimento, finanças, economia digital e desenvolvimento sustentável (BRICS, 2020).

O Brasil contribuiu para elaboração do relatório do estado da enfermagem no mundo 2020. O relatório foi concretizado através da Organização Mundial da Saúde (OMS) e contou com a participação do Ministério da Saúde.

Ocorreu uma reunião que teve como objetivo discutir, de forma conjunta, como seria o processo de preenchimento dos dados necessários para a contribuição do Brasil para o Relatório do Estado da Obstetrix no Mundo 2021, tendo como principais pontos identificar a força de trabalho envolvida na atenção à Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna e Neonatal (SSRMN) no Brasil - utilizando as ocupações da Classificação Internacional Uniforme de Ocupação em Saúde ISCO - 08; avaliar a viabilidade do preenchimento dos indicadores apresentados para as ocupações selecionadas e por fim; identificar os responsáveis pela recolha de cada indicador selecionado, fontes, prazos, etc.

Participação no Reviews da Saúde - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - As abordagens conceituais e metodológicas, bem como as propostas de exclusão ou inclusão de indicadores, foram discutidas na reunião na sede da OCDE. Atualmente, a situação da saúde em um todo é monitorada por indicadores específicos utilizados pela OCDE que incluem: gastos e financiamento em saúde; condições de saúde; determinantes não médicos da saúde; recursos em saúde, subdivididos em emprego e formação profissional em saúde e recursos físicos e técnicos; migração da força de trabalho em saúde; utilização de cuidados de saúde; indicadores de qualidade em cuidados de saúde; mercado farmacêutico; e proteção social.

Discussão do Conselho - Reunião Pré-Gavi - Board Donor Discussion – A pauta prevista para esta reunião foi a discussão sobre o GAVI COVAX AMC, ou seja, sobre a vacina contra COVID-19. A Instalação COVAX é um mecanismo de Compromisso de Mercado Avançado (AMC) para vacinas COVID-19 e foi através dele que o fabricante AstraZeneca assinou o AMC para produção da vacina que está sendo desenvolvida com a Universidade de Oxford.

A OCDE comemorou no dia 14 de dezembro, com uma cerimônia predominantemente virtual, os 60 anos da assinatura de sua Convenção de criação. Os depoimentos dos membros foram unânimes em ressaltar o papel da OCDE no aperfeiçoamento de suas políticas públicas e a expectativa de que a organização continue atuando na promoção de uma recuperação sustentável. O compromisso do Brasil com o estreitamento das relações com a OCDE foi reiterado.

O Comitê da Saúde realizou, em 25 de novembro, sessão informal intitulada “Handling the Second Wave of Covid-19 Infections” para discutir estratégias para lidar com a segunda onda da pandemia. Na ocasião, os países reiteraram a importância de seguir implementando a estratégia de testar, rastrear e monitorar (test-track-trace) para reduzir o número de novos casos e compartilharam perspectivas sobre o desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes que permitam superar a pandemia. Concordaram que é necessário aperfeiçoar a comunicação do governo com a sociedade, com vistas a esclarecer a população e incentivar sua adesão não apenas às vacinas, mas também à manutenção das medidas individuais de prevenção (uso de máscaras, higienização das mãos, distanciamento social, etc.) que tendem a ser relaxadas com o tempo, fenômeno que o secretariado da OCDE denominou “fadiga pandêmica” (pandemic fatigue). Já nos dias 7 e 8 de dezembro, o Comitê da Saúde voltou a reunir-se, desta vez para tratar dos temas regulares de sua agenda, como a priorização dos trabalhos a serem realizados no âmbito do Programa de Trabalho e Orçamento do Comitê para o biênio 2021-2022 e encaminhamentos dos estudos atualmente em elaboração, como integração dos sistemas de saúde e a pesquisa PaRIS (Patient-Reported Indicator Survey), cujos primeiros questionários deverão ser aplicados a partir de 2021.

No mês de setembro aconteceu a reunião virtual para tratar sobre a “Declaração Conjunta dos Ministros da Fazenda e da Saúde do G20” sob a presidência pró-tempore da Arábia Saudita. A declaração manteve a aposta, por exemplo, no uso de tecnologias de captura, armazenamento e reutilização de carbono (CSS), como solução intermediária para reduzir a pegada da produção de óleo e não trouxe garantias de grande impacto quanto ao COVID—19, que revelou as vulnerabilidades em nossa preparação e resposta e desafios comuns.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido ao quadro da pandemia, reuniões e negociações tiveram que ser remarcaadas e/ou canceladas. Em alguns casos as reuniões foram virtuais com objetivo de dar andamento as agendas previstas. Alguns desafios foram relacionados ao fato de que a AISA não dispõe, até o momento, de uma sala de videoconferência, impactando em algumas reuniões durante esse período de pandemia.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

O avanço para o alcance do RE é crescente, considerando que a participação do Brasil nos fóruns multilaterais vem aumentando e trazendo importantes aportes para o contexto de atuação internacional do país. A OPAS/OMS vem atuando em parceria com a AISA no campo multilateral, onde o Brasil participa ativamente.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 RESULTADO 2 Capacidade de coordenação e implementação das ofertas e demandas de cooperação internacional fortalecida no âmbito das prioridades nacionais e dos compromissos assumidos.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações (planos, projetos e outros) referentes a projetos e atividades de cooperação internacional em saúde realizada.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realizar pelo menos dez ações anuais de cooperação na área de saúde e produzir pelo menos dez relatórios técnicos sobre os referidos temas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Os ministros responsáveis pela Saúde nos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se reuniram extraordinariamente no dia 6 de novembro de 2020, em videoconferência, sob o lema “COVID19: Construção de uma Resiliência Comunitária. O convite para a realização da reunião partiu do ministro da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde, país que detém a presidência em exercício da CPLP, com o objetivo de “encontrar respostas conjuntas e concertadas no quadro da Comunidade, especialmente para fomentar a resiliência para defrontar os novos desafios na governação dos Sistemas Nacionais de Saúde e reforçando a coordenação entre os Estados-Membros na vigilância e resposta a emergências em saúde pública, incluindo epidemias e desastres, por via da constituição de um “Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública.

Representantes do Brasil e do Reino Unido discutiram sobre a possibilidade de uma negociação de um acordo comercial entre os dois países. Outros pontos debatidos foram as medidas que evitem a dupla tributação (quando um imposto é cobrado pelos dois governos), a adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e acordos bilaterais de investimento, tributação e seguridade social. A reunião do Comitê Econômico e de Comércio Conjunto entre Brasil e Reino Unido (Jetco na sigla em inglês) ocorreu ao longo de todo o dia em Brasília. Participaram da reunião o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, projeto Metodologia de Avaliação de Tecnologias em Saúde

As ações de cooperação humanitária realizadas pelo Brasil contribuem para apoiar outros países em situações vulneráveis e em situação de emergência e desabastecimento. Diante desse cenário, a Assessoria de Assuntos internacionais em Saúde (AISA) intermedia as doações para os países que as solicitam. As doações de medicamentos e outros insumos de saúde, em caráter de cooperação humanitária, são também realizadas após o envio oficial do pedido pelo país solicitante ao Brasil, pelas vias diplomáticas existentes. Ao receber a demanda, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) consulta o Ministério da Saúde do Brasil sobre a possibilidade de concretização da doação, parcial ou integral, além de alinhar com o país solicitante como se dará o processo de transporte dos itens doados. Cabe destacar que as ações humanitárias não privam dos brasileiros o direito ao acesso dos medicamentos, que são doados apenas na condição de não comprometer o abastecimento a pacientes nacionais. Além do dever moral de auxiliar países e pessoas em situação de necessidades básicas de saúde, as ações de cooperação humanitária também reforçam o compromisso institucional que o Brasil tem com a cooperação internacional, princípio consagrado na Constituição brasileira, e como consequência, a projeção internacional do Brasil é fortalecida.

Ocorreram doações de antirretrovirais para a Guiana, Paraguai, Uruguai e Suriname; testes “RT-PCR” e kits de extração de ácido nucléico para o Paraguai para o enfrentamento de COVID-19; ventiladores pulmonares e de kits de testes de diagnóstico molecular para o Peru; comprimidos de cloroquina e soro antidiftérico para o Haiti; etc.

A cidade de, Beirute, Líbano, sofreu com a tragédia da explosão de toneladas de nitrato de amônio no início de agosto e o governo Libanês solicitou apoio com enviando uma lista (anexo 3) de insumos e medicamentos para o governo brasileiro, consultando sobre a possibilidade de doação. Sem comprometer o abastecimento nacional, o Ministério da Saúde conseguiu doar 4 kits de medicamentos e insumos para situações emergenciais, 100.000 máscaras triplas com

tiras elásticas e 300 ventiladores pulmonares, tipo NCM 9019.20.30. O ex presidente Michel Temer chefiou a missão de entrega e manifestou solidariedade e suas condolências às famílias afetadas pelo incidente em Beirute

A AISA tem acompanhado e apoiado as doações efetivadas por empresas particulares de insumos, medicamentos, equipamentos de proteção individual, entre outros para o combate à COVID-19. Cabe destacar que a Assessoria de Assuntos Internacionais em Saúde tem envidado esforços para viabilizar e garantir a entrega das doações o mais breve possível, mesmo com o cancelamento de alguns voos e suspensão de alguns serviços essenciais.

A AISA também teve participação na alta demanda de recebimento de doações para dar suporte ao Brasil durante a pandemia. Grandes empresas nacionais e internacionais doaram máscaras, testes, trajes, materiais médico-hospitalares, óculos de segurança, luvas cirúrgicas, ventiladores, respiradores, etc., itens de proteção individual a serem utilizados por seus técnicos e equipamentos para serem utilizados pelos pacientes infectados pelo novo coronavírus.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A principal dificuldade é sobre o transporte de medicamentos e insumos das doações em caráter de cooperação humanitária que em tempos de pandemia ficaram mais complexos devido aos cancelamentos de voos e fechamentos de fronteiras.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Os projetos destacados fortalecem a presença e a atuação do país no contexto e na expansão da agenda bilateral em saúde e avanço para o alcance do resultado foi efetivado mesmo com essas mudanças necessárias.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 RESULTADO 3: Atuação nas agendas das regiões de fronteira e nos foros e mecanismos regionais, que têm interface com a saúde em conformidade com as prioridades nacionais e os compromissos assumidos.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações (planos, projetos e outros) referentes à cooperação internacional em saúde realizadas no âmbito dos foros regionais de que o Brasil participa e nas iniciativas de saúde na fronteira.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realizar pelo menos três ações anuais de cooperação na área de saúde no âmbito de foros regionais e em iniciativas de saúde na fronteira e produzir pelo menos três relatórios técnicos sobre os referidos temas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Discussão sobre o acordo sanitário fronteiriço - Brasil-Uruguai - O acordo sanitário entre o Brasil e o Uruguai, assinado em 26 de junho de 2020, foi o tema da reunião da Comissão do MERCOSUL. Trata-se do primeiro convênio entre países latino-americanos para o enfrentamento ao coronavírus e prevê ações envolvendo os planos sanitário e epidemiológico na área de abrangência da fronteira entre os municípios de Santana do Livramento e Rivera, no Uruguai. Após o acordo, Brasil e Uruguai passaram a adotar as mesmas medidas de controle da pandemia na fronteira.

Participação da AISA no Webinar Saúde para os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil, Colombia e Peru. A reunião foi promovida pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e pelo Programa Sub-regional para a América do Sul da Organização Pan-Americana da Saúde OPAS/OMS que aconteceu virtualmente. Os 3 países, Brasil, Colômbia e Peru fizeram apresentações sobre a experiência de coordenação em saúde e povos indígenas nessa

tríplice fronteira da Amazônia.

O Grupo Mercado Comum (GMC) é um órgão decisório executivo do MERCOSUL, responsável por fixar os programas de trabalho e negociar acordos com terceiros em nome do bloco, por delegação expressa do Conselho Mercado Comum. Se pronuncia por resoluções, e está integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Economia, e dos Bancos Centrais dos Estados Partes. O GMC também é encarregado de aprovar o orçamento, eleger o Secretário da Secretaria Permanente do MECOSUL e supervisionar suas tarefas.

Os Estados Partes do MERCOSUL possuem diferentes mecanismos constitucionais para "internalizar" as normas estabelecidas pelo bloco e atribuem diferentes graus de supremacia em seu direito interno. Na Argentina e Paraguai, que adotam o sistema conhecido como "monista", os tratados e protocolos ratificados têm valor superior às leis nacionais e, portanto, não podem ser derogados nem supridos por estas. Já no Brasil e Uruguai, que adotam o sistema conhecido como "dualista", os tratados e protocolos têm o mesmo valor que as leis nacionais e, portanto, têm predominância, caso tenham a data posterior.

Devido a Pandemia do COVID-19, todas as reuniões no âmbito do Subgrupo de Trabalho Nº 11 "Saúde", sob a Presidência Pro Tempore do Uruguai (PPTU), aconteceram por videoconferência, segundo o estabelecido na Decisão CMC Nº 44/15. As reuniões aconteceram entre os dias 27 a 29 de outubro de 2020, com a presença das Delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os Coordenadores Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, aprovaram nove (09) Projetos de Resoluções, que cumpriram todas as etapas, desde a proposta do documento, consulta pública interna realizada pelos países, até o consenso do documento final nas Comissões, Subcomissões e/ou Grupos de Trabalhos. A etapa final consiste na aprovação dos projetos pelo GMC. Estes Projetos depois de aprovados, não poderão sofrer mais alterações no conteúdo, tornando-se Resoluções numeradas, que deverão ser internalizadas pelos Estados Partes do MERCOSUL. Abaixo, segue a lista de projetos de Resoluções levados para análise do GMC (Grupo Mercado Comum) durante à Presidencia Pro Tempore do Uruguai (PPTU):

RESOLUÇÃO Nº 02/18 - Requisitos de Boas Práticas para a Organização e Funcionamento de Laobratórios de Análises Clínicas

RESOLUÇÃO Nº 05/18 - Níveis de segurança em depósitos de estabelecimentos que trabalham com substâncias e produtos controlados

RESOLUÇÃO Nº 06/18 - Requisitos de Boas Práticas para a Operação de Serviços de Saúde (Revogação da Resolução GMC Nº 01/15)

RESOLUÇÃO Nº 07/18 - Vigilância Sanitária e Controle de Doenças Priorizadas e Eventos Importantes em Saúde Pública nos Estados Partes (Revogação da Resolução GMC nº 18/11)

RESOLUÇÃO Nº 01/19 - Categorização da matriz mínima de sanções de cadastro dos profissionais de saúde do MERCOSUL

RESOLUÇÃO Nº 04/19 Rev. 1 - Lista do Regulamento Técnico do MERCOSUL de Substâncias de Ação Conservadora Permitidas para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes (Revogação da Resolução GMC nº 07/11)

RESOLUÇÃO Nº 06/19 Rev. 1 - Critérios mínimos para a aplicação de análise de risco na classificação de deficiências em boas práticas de fabricação de medicamentos

RESOLUÇÃO Nº 08/19 - Requisitos de boas práticas para transferências médicas em unidades móveis terrestres nos Estados Partes

RESOLUÇÃO Nº 01/20 (*) - Regulamento Técnico do MERCOSUL de Inclusão, Exclusão e Modificação de Substâncias nas Listas Aprovadas para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes (Modificação das Resoluções GMC nº 24/11 e 62/14)

(*) SGT No caso do projeto de Resolução N ° 01/20 "Regulamento Técnico MERCOSUL Inclusão, exclusão e modificação de substâncias nas listas aprovadas para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes (Modificação das Resoluções GMC N ° 24/11 e 62/14)" não precisou ser levado para consulta interna, já que o resultado da consulta interna corresponde ao projeto de Resolução n.º 04/19 Rev.1.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Continuar com o andamento dos projetos de cooperação que são acompanhados pela Assessoria Internacional juntamente aos órgãos e instituições de acordo com as prioridades do governo e do Ministério da Saúde, através reuniões foram virtuais com objetivo de dar andamento as agendas previstas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Destaque para a atuação do Brasil nos mecanismos de integração e nas discussões relacionadas à saúde nas fronteiras, contribuindo no avanço do RE.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 RESULTADO 4: Processo de planejamento, programação, financiamento e gestão das ações estratégicas para atuação internacional em saúde aperfeiçoado.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de documentos descritivos e analíticos sobre o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas relacionadas no PPA, Objetivos Estratégicos do MS, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Planos de Trabalho da OPAS e da OMS e outros instrumentos de gestão.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Elaborar pelo menos dois documentos anuais descritivos e analíticos sobre os temas relacionados.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

O projeto de Cooperação Sul-Sul se reuniu para tratar do tema combate a carga múltipla da desnutrição escolar. O encontro virtual teve como objetivo apresentar as políticas de alimentação e nutrição, com foco no setor saúde, do Brasil, Colômbia e Peru para o desenvolvimento de análises comparativas de como essas políticas estão estruturadas e como pretendem melhorar as condições alimentares, nutricionais e sanitárias de cada país. Visando otimizar a reunião houve o compartilhamento com antecedência as políticas de alimentação e nutrição de cada país, pois assim foi possível fazer uma leitura preliminar e também facilitou o trabalho do consultor na elaboração da análise comparativa das referidas políticas entre os três países envolvidos na cooperação.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes
A pandemia trouxe mudanças substanciais e novas prioridades para o Ministério e mudanças na rotina de trabalho.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Relevante destacar o registro de atuação da AISA durante sua trajetória que permite identificar áreas estratégicas e boas práticas a serem aplicadas no contexto atual da política externa brasileira no campo da saúde. As ações seguem em andamento para o alcance do resultado esperado.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	2	2	0	100%
2	3	3	0	100%
3	2	2	0	100%
4	3	3	0	100%
Total:	10	10	0	100%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano				
Situação do projeto	1º semestre de 2020	2º semestre de 2020	Anual 2020	
Nº total de RE com ações programadas no período	4	4	4/4	
Nº total de ações programadas	11	10	21	
Nº total de ações finalizadas	10	10	20	
RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	4	4	0	75%
2/2	6	5	0	75%
3/3	4	4	0	75%
4/4	7	7	0	75%
Total:	21	20	0	75%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

As ações implementadas por meio do TC 103 estão contempladas em resultados esperados e indicadores do Plano Nacional de Saúde e do Plano Estratégico da OPAS 20-25. A agenda internacional em saúde está alinhada à política externa brasileira e seus avanços permitem alcançar as prioridades do governo, o que incentiva o alcance de resultados no país e também possibilita dar resposta aos ODS e aos compromissos regionais e globais assumidos pelo país.

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

As ações foram previstas para o fortalecimento da cooperação internacional em saúde. Destacam-se os seguintes pontos que levarão ao aprimoramento da implementação do TC 103: identificação e geração de registros que possam dar mais visibilidade e potencializar o intercâmbio de conhecimento entre países e multilateralmente e as ações técnicas realizadas e seus resultados a fim de poder divulgar a importância da Assessoria e o fortalecimento da agenda internacional; contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação entre a OPAS/OMS e a AISA/MS por meio da realização de encontros de monitoramento do projeto frequentes.

Conforme previsão na matriz lógica e ações programadas no PTA, a AISA segue em andamento com os projetos previstos e com a execução das ações. Devido à pandemia, a AISA vem contornando a situação e tentando cumprir as agendas previstas, se adaptando à nova realidade e priorizando as mais relevantes, portanto, as ações previstas para o alcance dos resultados esperados continuam em processo de execução.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 0.00
Recursos desembolsados:	US\$ 0.00
Pendente de pagamento:	US\$ 0.00
Saldo:	US\$ 0.00